

Das casinhas ao mercado. O abastecimento urbano e a câmara municipal de Campinas em meados do século XIX.

VALTER MARTINS*

Campinas sofria com a escassez de gêneros alimentícios de primeira necessidade em meados do século XIX. Uma escassez que afetava principalmente a população mais pobre.

Naqueles anos a produção de cana de açúcar que havia predominado durante a primeira metade do século era substituída pela cafeeira. A pequena agricultura produtora de alimentos que havia convivido por décadas com a agricultura canavieira para exportação, articulando-se a ela, sofria com a concorrência do café que roubava terras e mão de obra antes destinadas ao plantio do milho, feijão, mandioca e outras culturas. (MARTINS, 1996)

Mas o problema do abastecimento urbano não era novidade na cidade de Campinas. Desde os tempos em que era ainda Vila de São Carlos a câmara municipal já se preocupava em ajudar a manter cheias as panelas de seus habitantes. Através das posturas municipais e da ação de seu fiscal, a edilidade buscava regulamentar, organizar e controlar o comércio de gêneros alimentícios. Era uma tarefa difícil, nem sempre bem sucedida para lucro dos especuladores e prejuízo dos mais pobres. Mesmo com a diligente vigilância do fiscal a situação se agravava.

Em seu relatório trimestral apresentado em janeiro de 1854, o fiscal suplente Joaquim Antonio da Silva Camargo, comunicava à câmara municipal que:

*“continuam as necessidades públicas sobre os víveres de primeira necessidade os quais atualmente são vendidos por muito alto preço, e os atravessadores de mantimentos continuam a ir comprá-los nas entradas da cidade, por isso levo ao conhecimento desta câmara para que dê as providências para o bem público e, principalmente, da pobreza desta cidade”.*¹

* Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), Campus de Irati/PR. Doutor em História Social pela USP.

¹ Arquivo da Câmara Municipal de Campinas, caixa. C1/3, pasta 1854/II, 09/01/1854. Daqui por diante: Arq.CMC.

Bernardino José de Campos, delegado de polícia que atuou como fiscal popular sugeriu uma medida que lhe parecia ser eficiente para atenuar os efeitos da escassez de gêneros alimentícios: que a câmara determinasse um local onde os pequenos agricultores e hortelãos pudessem se reunir e vender seus produtos em pequenas porções diretamente à população.

A sugestão do delegado que por certo também sofria com a escassez e carestia dos alimentos foi acolhida pela câmara. No edital comunicando a deliberação para que produtores e comerciantes de verduras e hortaliças se reunissem no Pátio do Rosário, o presidente da câmara Antonio Francisco do Amaral Gurgel justificava ser aquela uma medida temporária, pois a população achava-se: “oprimida pelos altos preços a que têm chegado os gêneros alimentícios de primeira necessidade em consequência não só de sua escassez, como do monopólio que deles têm feito algumas pessoas”.²

Essa não havia sido a primeira intervenção do poder público quanto ao problema do abastecimento. Antes mesmo de ser elevada à categoria de cidade em 1842 e passar a se chamar Campinas, os “homens bons” da câmara articularam a construção de um edifício que servisse ao comércio de gêneros alimentícios: as “casinhas”. Erguidas em terreno municipal, bem no centro da vila, atraíram logo grande frequência.

A idéia de concentrar aquele comércio em um recinto fechado e coberto remonta a 1815, quando Antonio Luis Patrício da Silva Manso apresentou à câmara proposta para edificar as casinhas, que incluía um açougue e um compartimento para “negócio” com as respectivas balanças, pesos, medidas, balcões e prateleiras. A construção correria por sua conta recebendo em contrapartida o livre uso do edifício por 10 anos, findos os quais passaria a pertencer à câmara municipal.³ Tendo ficado na gaveta algum tempo a obra foi licitada publicamente pela câmara em 2 de junho de 1818. Cândido José Braga venceu a licitação com um orçamento de 400\$000 réis.⁴ No contrato comprometia-se a fazer quatro quartos para casinhas com 14 palmos de comprimento cada um com seus respectivos balcões, e outro quarto para açougue como constava do “risco” fornecido

² Idem, pp. 50v e 51.

³ Atas da Câmara Municipal de Campinas, 16/01/1815. Daqui por diante: APMC.

⁴ Quatrocentos mil réis. Para exemplificar outros valores monetários: \$400 (quatrocentos réis); 4:000\$000,00 (quatro contos de réis).

pela câmara. As taipas das paredes deveriam ter 3 palmos de espessura e 15 de altura⁵, sendo o prazo para a entrega da obra de um ano e meio.⁶ Caso Braga tenha concluído seu trabalho no tempo combinado, as casinhas devem ter sido entregues entre o final de 1819 e início de 1820.

No restrito espaço das casinhas, daí seu nome, encontravam-se principalmente carnes verdes e cereais. Aquele próprio municipal vinha atender, ao menos em parte, as necessidades mais imediatas dos habitantes. O novo ponto de compras foi de grande utilidade pública e acabou por emprestar seu nome a uma das mais importantes ruas da vila, que ficou então conhecida como Rua das Casinhas.⁷ Esse tipo de estabelecimento foi comum no Brasil oitocentista, fruto da preocupação das administrações municipais com o recorrente problema do abastecimento das vilas e cidades. A “Rua das Casinhas” marcou presença em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, entre outras localidades. (MARCÍLIO, 1974: 9-10; SANTOS, 1995: 28)

Ao visitar São Paulo em 1819, pouco depois de passar por Campinas e Jundiá, o botânico francês Saint-Hilaire registrava suas impressões sobre o abastecimento da cidade:

“Quanto aos mantimentos de consumo indispensável, tais como a farinha, o toucinho, o arroz, o milho e a carne-seca, são vendidos por comerciantes estabelecidos na Rua das Casinhas. De fato, cada loja dessa rua fica instalada numa pequena casa separada das outras. São todas escuras e enfumaçadas. O toucinho, os cereais e a carne ficam ali atirados de qualquer jeito, misturados uns com os outros. (...) Não há em São Paulo outra rua mais freqüentada do que a das Casinhas. Os agricultores das redondezas vão ali para vender os seus produtos aos comerciantes, e os consumidores ali vão para comprá-los destes últimos. Durante o dia a rua fica coalhada de negros, camponeses, tropeiros e burros. Ao cair da noite a cena se modifica. Os burros de carga e os compradores cedem lugar a prostitutas de ínfima classe, que para ali afluem atraídas pelos camaradas e os lavradores, que elas tentam prender em suas malhas”. (SAINT HILAIRE, 1976: 132-133)

Em Campinas logo as casinhas tornaram-se ponto de encontro das pessoas quebrando com seu movimento a monotonia da vila colonial. Apesar de contar com aquele novo

⁵ Roberto Simonsen, em sua **História Econômica do Brasil**, p. 462, informa que um palmo era equivalente a 0,22m. Assim, as casinhas de Campinas tinham aproximadamente 15,5m de largura, altura de 3,3m e taipas com 0,66m de espessura.

⁶ Arq.CMC, **Livro de Hasta Pública** – 1813/1859, p. 6, 02/06/1818.

⁷ No século XIX as casinhas de Campinas localizavam-se entre as ruas de Cima e do Meio, tendo sua frente para a Rua das Casinhas.

espaço dedicado ao comércio alimentício os habitantes da então Vila de São Carlos continuaram com dificuldades para se proverem do necessário.⁸

A atividade dos atravessadores de gêneros de primeira necessidade sempre se fazia presente e inspirou um artigo específico para combatê-los no código de posturas de 1829. Conciso e objetivo, o artigo 21º previa que: “Todos que atravessarem qualquer gênero comestível antes de andar de passeio pela vila pagará 30\$000 réis de condenação e 8 dias de cadeia”. Essa dupla e pesada multa revela a intenção dos vereadores em coibir uma prática que era considerada altamente lesiva ao público.

Fazer efetiva tal disposição era uma das mais difíceis atribuições do fiscal da câmara, conhecido durante muito tempo como almotacel. Quanto à venda de gêneros alimentícios no Pátio do Rosário, ela não surtiu maiores efeitos ou, pelo menos, efeitos duradouros.

Em outubro de 1856, o delegado voltou a pedir providências enérgicas contra os atravessadores de víveres, “a fim de acabar-se com esses abusos com os quais muito sofre a população”. Em seu relatório à câmara, o fiscal relembra a medida adotada em anos anteriores, sobre a necessidade de determinar um lugar onde os gêneros alimentícios básicos fossem vendidos diretamente ao consumidor. Talvez pelo fracasso da experiência no passado, a comissão de ofícios da câmara considerou-a inconveniente, alegando que grande parte dos habitantes seria prejudicada, sendo “melhor que os ditos víveres transitem pelas ruas, devendo o fiscal ter em vistas os atravessadores para ir sobre eles com a lei”.⁹

Apesar das posturas, fiscalização e multas, a crise de abastecimento em Campinas continuou a fazer parte do cotidiano das donas de casa naquela década de 1850. Notícias sobre o problema chegaram até mesmo ao ocupado presidente da província. Em portaria de 19 de outubro de 1857 o mesmo solicitou que a câmara municipal de Campinas informasse:

⁸ Quando o primeiro mercado de Campinas entrou em franca atividade em 1861, a câmara municipal decidiu desativar e vender o antigo prédio das casinhas. Justificava a câmara que a venda seria vantajosa porque o edifício estava ocupado por “carniceiros e açougues que muito ofendem ao decoro e salubridade pública”. As casinhas, no entanto, teriam ainda vida longa enquanto local de pequeno e variado comércio, mas depois de 1864, em seu recinto não mais puderam ser instalados açougues e comércio de toucinho ou charque, distanciando-se de sua finalidade original. ACMC, 03/07/1861; Arquivo Público do Estado de São Paulo, Ofícios Diversos de Campinas, n.º de ordem 855, lata 61, pasta 3, doc. 38, 1861.

⁹ ACMC, 06/10/1857.

*“com a maior brevidade os seguintes pontos – 1º Qual a causa da elevação dos preços dos gêneros alimentícios, declarando-se quais desses gêneros formam a alimentação da grande massa do povo. 2º Se tem havido diminuição na produção e por que causas, e no caso negativo, qual a razão da carestia dos gêneros. 3º Se essa carestia se nota somente nos grandes mercados ou também nos lugares de produção. 4º Se para esses efeitos concorrem causa passageira, e que só subsistem por circunstâncias especiais, ou influem algumas que apresentam caráter de permanência 5º Se a carestia de que se trata abrange todos os gêneros, e em que proporção”.*¹⁰

A resposta da câmara municipal de Campinas deu-se através de um longo, detalhado e interessante ofício. Utilizando termos como “leis da concorrência, capitais, salários, demanda, mercado, equilíbrio, vantagem”, os vereadores demonstravam estar muito bem informados sobre o momento econômico que viviam. E não por acaso. Vários dos camaristas eram cafeicultores, sendo iniciados nas regras do jogo capitalista. Muitos desses fazendeiros haviam deliberadamente abandonado ou reduzido muito o cultivo de gêneros alimentícios em suas terras. Para não desviar a cada vez mais cara mão-de-obra escrava dos cafezais, preferiam comprar fora os mantimentos que necessitavam, mesmo pagando altos preços porque a lucratividade com o café compensava aquele gasto extraordinário. A câmara municipal conhecia bem as origens da escassez e carestia dos gêneros alimentícios de primeira necessidade em Campinas. Depois de suas considerações, respondeu pontualmente às perguntas do presidente da província constantes na portaria:

*“1º- Que a causa da elevação dos preços dos gêneros alimentícios é o grande aumento da produção de café, cujo preço tem feito suplantar as outras indústrias agrícolas; e que os gêneros que formam a alimentação da grande massa da população são o milho, feijão, arroz e alguns legumes. 2º- que tem havido diminuição na produção relativamente ao consumo, por causa de se ter desprezado dita cultura, e dado preferência à cultura do café. 3º- que a carestia é geral pela causa exposta. 4º- que estas causas são permanentes em vistas das razões expostas. 5º que a carestia abrange a todos os gêneros pela mesma razão que ofende a cada um em particular”.*¹¹

O café, que se tornaria o grande propulsor e financiador das transformações urbanas em Campinas e de tantas outras cidades do “oeste paulista”, surgia como o grande vilão da carestia dos alimentos. E, de fato, o foi.

¹⁰ APMC, 24/10/1857.

¹¹ Arq.CMC, Livro de Correspondências, Posturas e Editais – 1856/1872, p. 26, 28/11/1857.

Mas, o presidente da câmara, Luis Henrique Pupo de Moraes, talvez incomodado pelas palavras do presidente da província ou pressionado pelas dificuldades locais, estava determinado a melhorar a situação do abastecimento de seus munícipes antes do término de seu mandato. Na sessão da câmara em 13 de abril de 1859, Pupo de Moraes afirmava que urgia tomar-se “enérgicas providências tendentes ao abastecimento de gêneros alimentícios”. Na sessão seguinte, a comissão de ofícios apresentou seu parecer sobre a questão. Nada animador, afirmavam os membros da comissão que:

*“não encontravam em seus acanhados recursos uma solução para o grande problema da escassez de gêneros alimentícios, problema que já tem ocupado a atenção do corpo legislativo geral e provincial, dos governos geral e provincial, e ainda os homens práticos e entendidos não puderam resolve-lo. Em verdade, à comissão parece que várias são as razões que atuam para este estado de coisas, e que mui longe está da esfera desta Câmara o remédio: a estação chuvosa do ano passado, por exemplo, foi a causa de apodrecer grande parte do milho e outros cereais ainda antes de recolhidos aos celeiros; e no corrente ano vai seguramente acontecer a mesma coisa; também a cultura do café em alta escala pelo seu lucro, tem feito decrescer a produção alimentícia, de parte que hoje temos ocupados com cafezais, muitos terrenos que outrora eram empregados em cereais; a grande abundância de consumidores que tem sido importada, e que não tem produzido em relação ao consumo também pode ser causa da escassez que se nota; e como remediar estes males? Que meios tem a Câmara para prevenir semelhante mal? A comissão não acha em suas fracas luzes a solução ao problema; se porém, o Sr. Presidente lembrar algum meio conducente ao fim a que aspira, a comissão é de parecer que seja adotado”.*¹²

A comissão de ofícios podia ter “acanhados recursos” e “fracas luzes” e se não tinha nenhuma proposta para tentar melhorar as coisas, pelo menos esclareceu alguns pontos importantes. A julgar pelo depoimento de seus integrantes, a questão do abastecimento não era exclusividade de Campinas e estava em grande voga naquele momento, envolvendo as mais altas esferas dos governos geral e provincial. Não seriam eles, no seu entender, simples vereadores de uma câmara municipal interiorana, que encontrariam a solução para um problema tão complexo. Para piorar a situação, nem mesmo o clima estava ajudando. Fenômenos meteorológicos indesejáveis à parte, a região de Campinas percorria aqueles anos experimentando o fenômeno da rápida expansão da lavoura cafeeira, com vistas à exportação. A agricultura voltada à produção de alimentos e ao consumo interno perdia terras, braços e capitais para a nova monocultura que chegava para ficar, como bem observou a câmara em sua resposta ao presidente da província em 1857.

¹² ACMC, 13 e 14/04/1859.

Das relações iniciais um tanto conturbadas entre a agricultura para exportação e para o consumo interno, decorreu um agravamento das condições de abastecimento urbano em Campinas, provocando escassez e carestia dos alimentos. Enquanto a arroba do café manteve-se a 2\$000 réis, os pequenos agricultores seguiam trabalhando em suas roças proporcionando um fluxo relativamente regular de alimentos para a cidade, o que mesmo assim não garantia seu pleno abastecimento. Entretanto, quando a cotação da arroba do café atingiu 6\$000 réis em 1857 ¹³, nem mesmo o mais pacato sitiante poderia permanecer indiferente aos apelos sedutores do mercado internacional. Muita gente fez as contas e percebeu que se continuasse a plantar arroz, feijão, milho e mandioca perderia muito dinheiro, mesmo existindo mercado garantido para esses produtos. Diante da possibilidade de aumentar consideravelmente seus ganhos era inevitável que, os agricultores que tinham meios para isso, buscassem formar o quanto antes seus cafezais. Provavelmente, caso lhes fosse permitido, até mesmo os escravos trocariam suas plantações de subsistência por belos e rendosos pés de café. Dessa maneira, os pecúlios seriam amealhados com maior rapidez, realizando o sonho da liberdade comprada. A lógica capitalista sempre teve a qualidade de ser facilmente assimilada. (XAVIER, 1996)

A chegada de muitos escravos para as plantações de café, dos imigrantes para as primeiras experiências de parceria e também de pessoas resolvidas a tentar a sorte em um lugar altamente promissor, em resumo, um rápido crescimento da população, também contribuiu muito para o aumento da demanda por alimentos em Campinas. O frágil e incerto equilíbrio entre a produção de alimentos local pelos pequenos agricultores e o consumo da cidade, estava seriamente comprometido. (MARCÍLIO, 2000; MARTINS, 1996)

O momento era especialmente propício à ação dos “famigerados atravessadores”, sempre atentos aos ondulantes movimentos da oferta e procura. Economistas práticos, finos observadores das dificuldades cotidianas da população urbana em obter alimentos, eles estavam mais ativos que nunca. Curiosamente, não foram mencionados no parecer dos vereadores incumbidos de apresentar soluções para a crise de abastecimento.

Poucos dias após a divulgação do parecer da comissão de ofícios da câmara, em sua coluna intitulada “A semana”, o jornal “Aurora Campineira” aproveitava o “ensejo para

¹³ Arq.CMC, **Livro de Correspondências, Posturas e Editais** – 1856/1872, p. 24v, 28/11/1857.

solicitar a quem compete pronta execução das posturas a respeito dos atravessadores a cuja impunidade devemos quase exclusivamente a alta em que nos achamos, a respeito de todos os gêneros alimentícios”.¹⁴

Para o então pequeno e único jornal da cidade, a origem dos males da carestia dos alimentos residia na impunidade dos atravessadores por parte da câmara municipal, a quem competia fazer cumprir as posturas. Essa opinião por certo era compartilhada por aqueles que sofriam diariamente com o problema. Nas ruas, nas casinhas e nos armazéns, os preços dos alimentos andavam pela hora da morte. É bem possível imaginar que o tema da carestia estivesse na “boca do povo”, nos botequins, nas vendas, na saída das missas, nas cozinhas das casas mais simples.

O problema do abastecimento da cidade de Campinas parecia estar distante de uma solução quando o presidente da câmara, Luis Henrique Pupo de Moraes, surpreendeu sugerindo algo até então inédito na cidade: a “criação de uma praça de mercado onde tudo se venda distribuidamente, ficando assim proibido ao atravessamento dando em resultado o povo comprar os gêneros alimentícios em primeira mão e mais baratos”. A proposta foi muito bem recebida, não apenas porque as idéias para resolver a questão andassem tão escassas quanto os alimentos, mas porque todos sentiam que era necessário fazer alguma coisa e rápido. A câmara deliberou unânime pela construção de um rancho para servir de “praça de mercado”. O rancho teria 4 lanços com 20 palmos de largura cada um por 30 de fundo e 20 de altura, aproximadamente 18 x 6,6 x 4,5m.¹⁵ A madeira utilizada na obra deveria ser de lei e lavrada a enxó, sendo o Largo do Chafariz do Nascente o local escolhido para sua localização.

Depois de décadas e muitas posturas proibindo o atravessamento de mantimentos sem obter bons resultados, cabia à edilidade ser mais original e menos insistente em cometer os mesmos erros. A cidade estava diferente e demandava novas soluções naquele momento específico. As casinhas, vendas, armazéns de secos e molhados, quitandeiras e vendedores ambulantes, eram necessários e continuavam suas atividades, mas nem sempre garantiam o acesso dos trabalhadores mais pobres aos gêneros de primeira necessidade. Isso sem contar com sua dispersão dentro do espaço urbano o que dificultava a fiscalização.

¹⁴ **Aurora Campineira**, 17/04/1859, nº 51.

¹⁵ **ACMC**, 16/04/1859.

A edificação do rancho foi orçada pelo fiscal em 2:649\$940 réis. Como era do costume, seria aberta licitação pública para sua realização. Ocorrendo a não apresentação de propostas, o fiscal estaria autorizado a contratar jornaleiros “de maneira que não haja demora”. A câmara tinha pressa e a construção de um simples rancho para servir como mercado, além de rápida, seria também mais econômica. Mas, como a pressa é inimiga da perfeição, um tosco telheiro com reduzidas proporções foi uma solução que não agradou ao vereador Joaquim Egídio de Sousa Aranha, ausente nas sessões em que se decidiu pela construção do mercado. Sousa Aranha era francamente favorável ao mercado, mas defendia que seria importante “mandar fazer um plano para edifício que equilibre com as nossas necessidades estando a par dos progressos que esta cidade vai tendo”.¹⁶

Sousa Aranha não ficou apenas na crítica. Apresentou à apreciação de seus colegas camaristas o “risco” de um mercado com formato octogonal, tendo cada lado 60 palmos, aproximadamente 13,5m. A Comissão de Contas considerou que a planta apresentada tinha “arquitetura de melhor gosto”. O novo projeto foi aprovado e a obra seria dividida em 4 fases ou “raios”, para “não haver desequilíbrio entre a receita e despesa municipal”, entrando cada um deles em funcionamento assim que concluído, seguindo-se a licitação pública para construção da fase seguinte até que se desse o trabalho por terminado.¹⁷

A licitação naquele tempo ocorria de forma peculiar. Ao fiscal cabia fazer um levantamento orçamentário da obra a ser executada. Concluído esse orçamento, a câmara divulgava através de edital público a data, hora e local da realização do evento. Chegado o dia, reuniam-se o fiscal, porteiro, secretário da câmara e os possíveis interessados, geralmente no paço municipal. O porteiro apregoava em “altas e inteligíveis vozes” por um tempo determinado a obra a ser realizada, as condições e o orçamento da Câmara. As coisas aconteciam na forma de leilão, no qual o valor do orçamento da câmara funcionava como lance inicial. O vencedor da licitação ou arrematação seria aquele que fizesse a obra pelo menor preço. Ao bater do martelo, o arrematante recebia um ramo verde. No dia 26 de maio de 1859, o empreiteiro José Savoy recebeu o ramo verde, depois de ter feito um lance de 2:234\$000 réis para

¹⁶ ACMC, 29/04/1859.

¹⁷ ACMC, 03/05 e 14/05/1859.

edificar o primeiro raio do mercado de Campinas. O lance inicial da câmara havia sido de 2:450\$000 réis. Comprometia-se Savoy a realizar a construção no prazo estabelecido de sete meses.¹⁸ Quando as obras fossem efetivamente iniciadas, o empreiteiro receberia metade do valor combinado, e a segunda metade quando a obra fosse recebida pela municipalidade.

Em novembro do mesmo ano, antes do tempo previsto no contrato, José Savoy entregava concluído o primeiro raio do mercado. Recebida a obra, determinou-se que o delegado de polícia ordenasse aos inspetores de quarteirão para que do dia três de dezembro em diante, fizessem encaminhar todos os gêneros alimentícios para a nova “praça do mercado”, “para ali serem vendidos ao povo desde as seis horas da manhã até as duas horas da tarde”. O fiscal foi autorizado a comprar três jogos de medidas volumétricas de madeira, um de pesos e uma balança para o uso no mercado.¹⁹

O mercado ou a “praça do mercado” trouxe a esperança de dias melhores à população. Acreditava-se que sua inauguração colocaria fim na carreira dos atravessadores, inimigos públicos número um.

A construção do segundo raio foi arrematada por João Pereira de Campos pelo valor de 2:702\$000 réis. O empreiteiro arriscou dar seu palpite quanto ao plano então em execução. Em requerimento enviado à câmara, considerava sobre a necessidade de uma alteração na planta para “que se possa fazer um edificio de maior capacidade para as necessidades futuras do município”. Para que se realizasse tal ampliação, seria necessária uma complementação orçamentária de 800\$000 réis. O risco do mercado acabou modificado mais uma vez, em nome da comodidade do público e das “necessidades futuras do município”.²⁰ O mesmo empreiteiro acabou por arrematar também o restante da construção. Até que o regulamento do mercado fosse aprovado pela Assembléia Provincial em abril de 1861, João Pereira de Campos foi nomeado pela câmara seu inspetor provisório. Em setembro daquele mesmo ano o edifício estava pronto. No mês seguinte já estava funcionando por completo o primeiro e tão esperado mercado de Campinas, melhoramento urbano que a capital da província conheceria

¹⁸ Arq.CMC, **Livro de Hasta Pública de Contratos – 1859/1877**, pp. 1 a 2v, 26/05/1859.

¹⁹ ACMC, 14/11/1859 e 29/11/1859.

²⁰ ACMC, 10/01/1860, 07/02/1860 e 13/03/1860.

apenas em 1867, e cujo regulamento foi inspirado no regulamento do mercado de Campinas, considerado dos mais eficientes.²¹

Mais que a evidente intenção de tentar solucionar os problemas do abastecimento urbano, o mercado serviu para ajudar a controlar os movimentos de uma população crescente e heterogênea, surgindo como um espaço normatizado. No interior e arredores do mercado o cotidiano de muitos campineiros foi modificado, seus hábitos alterados, seus costumes reordenados. Em Campinas, como em outras cidades do Brasil e do mundo, o mercado constitui um fato arquitetônico, social, econômico e urbanístico, sendo também um espaço de memória da cidade. (BRESCIANI, 1996; LEMOINE, 1980; ZOLA, 1956)

Para Max Weber uma das características da cidade é ter um mercado, enquanto para Fernand Braudel não há cidades sem mercado. Mas a construção de um local fechado, subdividido, com horário determinado para compra e venda, indica não apenas a existência de uma cidade. Indica também a tentativa de reorganizar a circulação, tanto de coisas quanto de pessoas nas áreas urbanas em crescimento, alterando o dia a dia de seus habitantes. (WEBER, 1973: 68-89; BRAUDEL, 1995: 351)

A criação do primeiro mercado de Campinas pelo poder municipal provocou uma nova divisão do espaço naquele canto da cidade. Motivou também uma série de transformações na área limítrofe, a propósito de sua presença. O Largo do Chafariz do Nascente situava-se deslocado do centro urbano, fronteiro aos bairros do Cambuizal e de Santa Cruz onde ficava uma das mais movimentadas entradas da cidade, freqüentada por tropas que estacionavam em um rancho ali existente desde os tempos coloniais. Como em muitas cidades brasileiras, o primeiro mercado de Campinas situava-se nos limites da área urbana e rural, facilitando a circulação dos produtos trazidos de fora e dos consumidores, marcando e ordenando o primeiro contato entre a cidade e o campo. (MAX, 1980, p. 82)

Tendo como referência o espaço ocupado pelo mercado, a área do seu entorno passou a ser fragmentada, melhor delimitada e organizada e muito mais freqüentada. Havia

²¹ APMC, 23/02/1861, 02/04/1861 e 09/10/1861. O primeiro mercado de Campinas ficou conhecido como “mercado grande”, depois da inauguração do mercado de hortaliças em 1872, conhecido também como “mercadinho”. O mercado grande teve ainda duas outras denominações populares ao longo dos anos: “mercado velho” e “mercado dos caipiras”, antes de encerrar suas atividades como local de comércio de gêneros alimentícios. Sobre o primeiro mercado de São Paulo veja: (LOUREIRO, 1981, p.110).

chegado o momento da câmara proceder ao alinhamento dos terrenos em frente ao mercado e adjacências, mais precisamente, entre as ruas Formosa e da Matriz Velha, sendo necessárias algumas desapropriações. Em pouco tempo o crescimento do movimento do mercado demandou o alargamento do portão que dava acesso ao interior de seu pátio, “visto ali passarem grande número de animais carregados”. Para dar “trânsito ao mercado” aos habitantes da parte mais central e habitada da cidade, construiu-se uma ponte na Rua das Casinhas sobre o Córrego do Tanquinho, que ficou conhecido também como Córrego do Mercado por passar em frente ao mesmo. Em 1862, a Rua da Cadeia também ganhou uma ponte de acesso ao mercado.²² A Rua do Brejo, em frente à Praça do Mercado, foi a primeira da cidade a receber arborização.²³ Moradores vizinhos reclamaram a canalização da água do velho chafariz do Largo do Nascente que acabou separado do mercado pelo prolongamento da Rua das Casinhas: solicitação atendida. Os tubos de ferro com 4 polegadas de diâmetro foram encomendados na Fábrica da Ponta da Areia.²⁴

Cogitada e não efetivada foi a abertura de uma rua que ligasse diretamente o bairro de Santa Cruz à praça do mercado. Para encaminhar as coisas naquela direção, foi nomeada uma comissão para entender-se com os proprietários dos terrenos por onde deveria passar a nova rua, constando que alguns deles não exigiriam indenização. Mas como os cofres municipais estivessem em estado nada lisonjeiro, a idéia acabou herdada pela câmara sucessora e, depois de muita discussão, arquivada: os custos seriam altos demais para benefícios apenas relativos.

Outra idéia que ficou só na intenção foi a construção de um rancho para abrigar os tropeiros e importadores de gêneros alimentícios²⁵ que pernoitavam no mercado em quartos alugados que também serviam como depósitos e cozinha improvisada. O rancho contribuiria, no dizer do inspetor do mercado, para a “conservação do asseio do edifício,

²² ACMC, 07/07/1860; 11; 15 e 17/04/1860; 15/05/1860 e 09/10/1862.

²³ ACMC, 14/10/1861.

²⁴ ACMC, 02/06/1860.

²⁵ Importador era uma palavra usada para denominar os comerciantes que, em geral, permaneciam um dia ou poucos dias no mercado.

que está ficando enfumaçado de tal forma que em breve tempo parecerá mais uma cozinha que um edifício público”.²⁶

O surgimento do mercado municipal de Campinas em 1859 desencadeou, portanto, uma série de intervenções e motivaram discussões visando melhorar a circulação, organizar e embelezar aquela área para a qual a cidade voltava suas atenções. Afinal, a população tinha então uma nova facilidade: fazer compras no mercado.

A construção do primeiro mercado público, coincidindo com um momento de mudanças lideradas pelo café, marcou o início da reorganização do espaço da cidade e de seus melhoramentos dali por diante, tendo a câmara municipal participado ativamente nesse processo.

Referências bibliográficas

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico**. 2ª edição, Lisboa: Dom Quixote, 1995, volume I.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Sanitarismo e preocupações estéticas. O mercado central de São Paulo”. Seminario Internacional. Vaquerías: Argentina, 17-20 octubre 1996. Documento de trabajo nº 2, versão em português, mimeo.

LEMOINE, Bertrand. **Les halles de Paris**. Paris: Léquerre, 1980.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **A evolução da casa paulistana e a arquitetura de Ramos de Azevedo**. São Paulo: Voz do Oeste / Secretaria do Estado da Cultura, 1981.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo. Povoamento e população 1750-1850**, São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1974.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista – 1700/1836**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, Valter. **Nem senhores nem escravos. Os pequenos agricultores em Campinas - 1800/1850**. Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

MAX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1980.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 1976.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da alimentação no Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

²⁶ ACMC, 08/10/1862; 10/10/1862; 03/04/1865, 10/06/1872 e Arq.CMC, cx. B4/6, pasta 1871, doc. com data de 12/06/1866.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. 8ª edição, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.

WEBER, Max. “Conceito e categorias da cidade” In VELHO, Guilherme Otávio (org.) **O fenômeno urbano**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

ZOLA, Emílio. **O Ventre de Paris**. São Paulo: Companhia Brasil Editora, 1956.